

. - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 05/89

Fixa normas preliminares para a implantação da Lei de Estatização das Serventias do Foro Judicial.

D I S P O S I Ç Õ E S G E R A I S

Art. 1º - São Serventias do Foro Judicial:

- a) as Escrivanias;
- b) os Serviços de Distribuição de Feitos;
- c) as Contadorias;
- d) as Partidorias;
- e) os Serviços de Depósito Público;
- f) os Serviços de Avaliação;
- g) os Oficiais de Justiça.

Art. 2º - As Escrivanias e as Distribuições de Feitos serão compostas de um Escrivão ou Distribuidor, um Substituto e Escreventes.

Art. 3º - O Escrivão, o Distribuidor, o Contador, o Partidor, o Depositário Público, os Substitutos e os Escreventes darão expedientes de segunda à sexta-feira, nos horários de 8,00 às 11,00 e das 13,00 às 18,00 horas, sendo as suas frequências atestadas pelo Juiz Diretor do Forum das respectivas Comarcas à Corregedoria da Justiça, que fará a comunicação à Coordenadoria do Controle de Pessoal do Tribunal de Justiça.

Parágrafo 1º - Os Oficiais de Justiça, e os Avaliadores assinarão o ponto no horário que o Juiz Diretor do Forum designar.

Parágrafo 2º - Haverá na Diretoria do Forum ou, na sua falta, no Cartório designado pelo Juiz, um Livro de Ponto para servir de controle à frequência dos servidores d a Justiça, devendo ser encerrado diariamente pelo Juiz Diretor do Forum.

Art. 4º - A expedição de atestado de frequência gracioso determinará a apuração de responsabilidade funcional, civil e criminal do responsável.

Art. 5º - É vedada a prática ou o desempenho de trabalhos estranhos aos serviços judiciais, no recinto das serventias e nos horários de expedientes notadamente os privativos das serventias extrajudiciais, como lavratura de escrituras, registros, distribuição de bilhetes ou títulos, etc.

Art. 6º - O Escrivão que acumular o cargo com o Tabelião ou Oficial do Registro Público, e ocorrer incompatibilidade de horário para o exercício das duas serventias, poderá optar por qualquer delas, no prazo de trinta (30) dias.

Parágrafo Único - Não ocorrendo a opção, a escrivania será dirigida pelo Substituto ou Escrevente habilitado, indicado pelo Escrivão, a quem caberá as vantagens inerentes ao titular do cargo.

Art. 7º - Se o Escrivão fizer opção formal pelo cargo de Tabelião ou Oficial do Registro Público, será declarada a vacância do cargo, para efeito de preenchimento d a vaga, por concurso público, em prazo que não poderá exceder de noventa (90) dias.

D O S E S C R E V E N T E S

Art. 8º - Aos Escreventes incumbe executar as tarefas que lhes forem determinadas pelo Escrivão ou pelo Distribuidor que a eles estiverem subordinados, sendo-lhes proibida a execução dos atos referidos na parte final do art. 5º, desta Resolução.

Art. 9º - O número de Escreventes, em cada
escrivanha ou serviços de distribuição de feitos, obedecerá a
seguinte gradação:

a) três (3) Escreventes para as Serventias de
3ª entrância;

b) dois (2) Escreventes para as Serventias de
1ª e 2ª entrâncias.

Art. 10 - Cabe à Comissão de Estudos para Exe-
cução da Lei de Estatização designar os Escreventes para compor
as Escrivanhas e os Serviços de Distribuição de Feitos, prefe-
rindo-se:

a) os que já estejam trabalhando nas respecti-
vas serventias judiciais;

b) os de outras serventias judiciais da mesma
Comarca ainda que não estatizadas, exigindo-se que os Escreven-
tes estejam disponíveis;

c) os de serventia extrajudicial, desde que
demonstrem aptidão para o cargo;

d) os ad-hoc, assim nomeados há mais de dois
anos, na falta de quem exerça o cargo com habilidade.

Parágrafo Único - Os Escreventes "ad-hoc", de-
signados, farão jús, apenas, a uma gratificação arbitrada pelo
Presidente do Tribunal de Justiça, igual à conferida aos Escre-
ventes da mesma entrância, até que sejam aprovados em concurso
público, que se realizará no prazo referido no art. 7º.

Art. 11 - A Comissão de Estudos para Execução
da Lei de Estatização, de conformidade com as necessidades dos

serviços, poderá desprezar os limites estabelecidos no art. 9º, para diminuir ou aumentar o número de Escreventes.

Art. 12 - Sempre que houver necessidade de redução ou ampliação do número de Escreventes, a Comissão de Estudos para Execução da Lei de Estatização procederá remanejamentos, observando, no que couber, as regras estabelecidas no art. 10.

D O S O F I C I A I S D E J U S T I Ç A

Art. 13 - O número de Oficiais de Justiça, em cada Comarca ou Vara, obedecerá a mesma proporção constante do art. 9º, aplicando-se quanto a eles, no que couber, as disposições dos artigos 11 a 13.

Art. 14 - Concluídos os trabalhos de implantação do regime jurídico instituído pela Lei de Estatização, e levantados os cargos vagos em cada serventia judicial, será publicado edital, com o prazo de 10 (dez) dias, no Diário da Justiça, para efeito de remoção de uma para outra serventia judicial da mesma entrância.

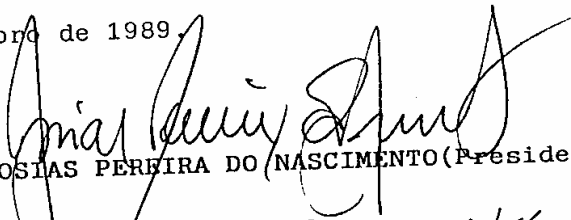
Parágrafo Único - Os cargos não preenchidos serão providos por concurso público realizado no prazo a que se refere o art. 7º.

Art. 15 - A Comissão de Estudos para Execução da Lei de Estatização, nas Serventias de cada Comarca, aplicará as disposições contidas nesta Resolução e recomendará ao Juiz Diretor do Forum que promova fiscalização quanto ao comparecimento e assiduidade dos servidores da Justiça ao local do trabalho, proibindo a prática de serviços estranhos às atividades

da Serventia, nos horários de expedientes notadamente os referidos na parte final do art. 5º.


Art. 16 - A Comissão de Estudos para Execução da Lei de Estatização, ao final, fará um relatório circunstanciado ao Tribunal de Justiça, onde especificará as providências adotadas, para efeito de homologação, e mencionará os cargos vagos existentes nas Comarcas, a fim de que possam ser providos por concurso público.

SALA DE SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO, em
João Pessoa, 1º de dezembro de 1989

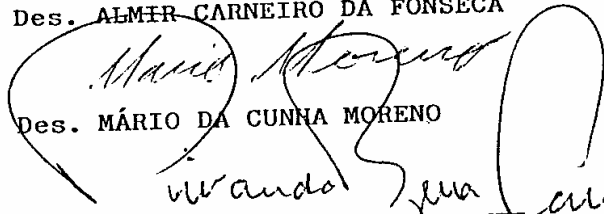

Des. JOSIAS PEREIRA DO NASCIMENTO (Presidente)

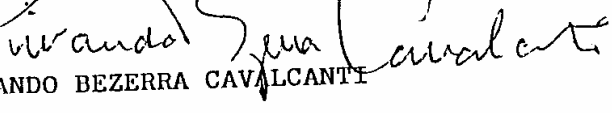

Des. MANOEL TAIGY DE QUEIROZ MELLO FILHO

Des. SIMEÃO FERNANDES CARDOSO CANANÉA

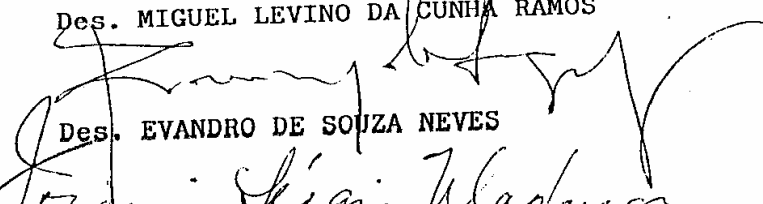

Des. GERALDO FERREIRA LEITE

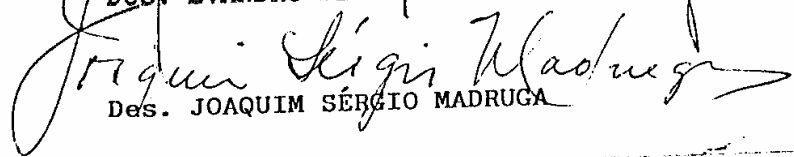
Des. ALMER CARNEIRO DA FONSÊCA


Des. MÁRIO DA CUNHA MORENO



Des. RIVANDO BEZERRA CAVALCANTI

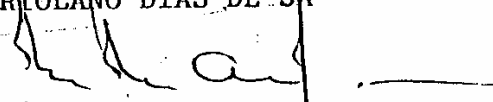
Des. MIGUEL LEVINO DA CUNHA RAMOS


Des. EVANDRO DE SOUZA NEVES



Des. JOAQUIM SÉRGIO MADRUGA

Des. ORLANDO JANSEN


Des. CORTOLANO DIAS DE SÁ

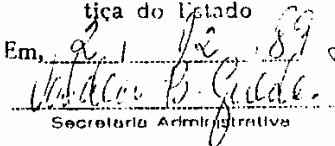

Des. ANTÔNIO ELIAS DE QUEIROGA


Des. RAPHAEL CARNEIRO ARNAUD


Des. GENIVAL FERREIRA CAJÚ

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Publicado no Diário da Jus-
ticia do Estado

Em,


Secretaria Administrativa